

HOME CARE, RELAÇÕES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO

Ana Cristina Lemos dos Santos Costa¹
Érica Batista²

RESUMO

O conhecimento crítico perante ao cotidiano perpassa por uma dimensão da visão sobre educação, saúde, ética e o social que remonta aos primórdios da civilização humana quanto aos ganhos obtidos historicamente determinados, desconhecendo-se um modelo fixo nas diferentes sociedades. Dessa maneira, são construídas e reconstruídas as relações sociais tendo como base as legislações e normativas vigentes para a funcionalidade do atendimento de Home Care no mercado de trabalho que pressupõe integração de ações voltadas para um atendimento personalizado caracterizado pela adoção humanitária e ética do ser social no agir do trabalhador, profissional. Mesmo dentro de uma realidade social, esse processo, dar-se o enredar dos trabalhadores (as) e os (as) diversos (as) profissionais nas respectivas funções e profissões contratadas pelas instâncias, público ou privado, no processo de trabalho que submetem as contradições decorrentes das relações entre o capital e o trabalho. Devido a atual situação planetária, vivenciada com a pandemia, Covid -19, uma nova tendência se realça à uma mudança de postura por parte de toda humanidade na busca de uma organização individual e coletiva a respeito às normas de condutas dos deveres e direitos humanos, civis, éticos, sociais para a caminhada da cidadania no sistema capitalista.

Palavras-chaves: Ética- Mercado de Trabalho- Home Care

ABSTRACT

Critical knowledge in the face of everyday life permeates a dimension of the view on education, health, ethics and the social that goes back to the beginnings of human civilization in terms of historically determined gains, without knowing a fixed model in different societies. In this way, social relations are built and reconstructed based on current legislation and regulations for the functionality of Home Care care in the labor market, which presupposes integration of actions aimed at personalized care characterized by the humanitarian and ethical adoption of the social being in the acting of the worker, professional. Even within a social reality, this process, the entanglement of workers and the various professionals in their respective functions and professions contracted by the authorities, public or private, in the work process that submit the contradictions arising from the relations between capital and labor. Due to the current planetary situation, experienced with the pandemic, Covid -19, a new trend is highlighted by a change in attitude by the whole of humanity in the search for an individual and collective organization regarding the standards of conduct of human duties and rights, civil, ethical, social for the journey of citizenship in the capitalist system.

Keywords: Ethics- Labor Market- Home Care

¹ Assistente Social graduadas em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador- BA.

² Assistente Social graduadas em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador- BA

1 PROCESSO HISTÓRICO: RELAÇÕES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO

A história é a interpretação da ação transformadora do homem no tempo, assim, o indivíduo pode construir um agir crítico, que pode visar a transmissão ou modificação da herança cultural com base no aprimoramento do conhecimento.

A reprodução da força de trabalho, mediante as ações que desenvolvem sejam do ponto de vista material, ou sociopolítico e ideocultural, na medida em que suas ações também incidem na formação de novos valores e forma de pensar expressam o modo de ser e ter de como são desenvolvidas as relações sociais no cotidiano.

De início, podemos admitir que o homem é ser histórico, já que suas ações e pensamentos mudam conformem o tempo, à medida que enfrentam os problemas não só da vida coletiva, como também das experiências pessoais, situações ocorridas, como nos momentos, atuais, vivenciados mundialmente na conjuntura, covid-19, fez com que a população mundial mudasse e repensasse o modo de interação, integração e socialização nas relações sociais atingindo de uma maneira geral as pessoas, todo o mercado de trabalho, isto é, a humanidade, e a universalidade do ambiente do planeta Terra.

Contudo, as relações humanas são complexas e individualizadas, para pensar no desenvolvimento da comunidade de modo consolidador com busca nas transformações para uma qualidade de vida, o processo histórico nos aponta a analisar a noção de bloco histórico.

Segundo Gramsci (1975), os momentos da estrutura e superestrutura, organicamente vinculados, “formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo contraditório e discordante das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”. Os aludidos momentos mantêm estreita e íntima reciprocidade no interior do bloco histórico e é precisamente tal unidade de contrários que caracterizam o processo real.

A inteireza dialética das relações entre ditas instâncias se resumem através do vínculo orgânico assegurados por grupos sociais postos a serviço da superestrutura. Esta, por sua vez, abrange duas esferas: a sociedade política, ou seja, “o aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de determinado momento” e a sociedade civil, que abrange o “conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados”.

Trata-se de uma distinção metodológica que não pode ser transposta mecanicamente por uma formação social concreta, pois os dois momentos são indissociáveis e encontram-se intimamente articulados. Sociedade civil e sociedade política representam, pois, grandes

instancias reunificadas em um mesmo corpo: o Estado. Em outras palavras, o Estado implica uma hegemonia “encouraçada” pela coerção, uma direção garantida de dominação.

Gramsci (2000) salienta que “a sociedade política corresponde à função de hegemonia exercida pelo grupo dominante em toda sociedade e à função de “domínio direto” ou de comando que se expressa no Estado e no governo jurídico”. A hegemonia, por seu turno, se mediatiza pela conjugação da força e do consenso, que se equilibram alternadamente, para que a força pareça apoiada no consenso da opinião pública.

Os dois componentes do Estado, sociedade política mais sociedade civil se entrelaçam e por vezes são complementários em tal grau, que na mesma organização pode estar inserida tanto na sociedade política quanto na civil. É o caso, por exemplo, do Parlamento, que é a sociedade política enquanto dita a legislação de um país (coerção) e civil, traduz e reproduz a opinião pública. Mesmo as instâncias infra e superestruturais não são absolutamente excludentes, sobretudo quando se trata de pessoas ou organizações. Já na Democracia, a legislação de um país (consenso), parte do princípio onde o exercício de governação, poder, através do sufrágio universal, cidadãos elegem os políticos, candidatos, representantes dos partidos seguidos pelas normativas eleitorais.

As noções de coerção e consenso adquirem um significado especial. Numa situação histórica global, ou seja, num bloco histórico, a classe dominante procura ocultar a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, e exerce seu poder no seio das classes subordinadas, sob duas formas. De um lado, mediante o consenso ou hegemonia, primordialmente no seio da sociedade civil, utilizando a filosofia, a moral, os costumes o “senso comum” para conformar as massas aos seus interesses. De outra parte, o poder é exercido ao nível da sociedade política sob forma de ditadura (simples dominação pela força). Tal desdobramento permite compreender outra formulação gramsciana similar e complementária: dominação ou ditadura e direção ou consenso.

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como domínio e como direção intelectual moral. Um grupo social é dominante em relação aos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter mesmo a força e é dirigente do grupo aliado. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes de tomar o poder (...), mas quando no exercício do poder e mesmo quando o tenha fortemente, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente. (GRAMSCI, 1975, p. 94)

Assim, o momento da dominação, da coerção, da ditadura, sobre as classes adversárias não basta por si só ao exercício do poder: faz-se mister garantir a hegemonia, a coerção, a direção, mediante o consenso dos grupos sociais que lhes são mais próximos.

A hegemonia é assegurada, mercê do vínculo orgânico existente entre estrutura e superestrutura, que por sua vez se mediatiza graças à intermediação de certos grupos sociais intermediários entre ditas instâncias; os intelectuais.

Para Gramsci (1975) o critério de classificação dos intelectuais não está ancorado sobre as características intrínsecas dessa atividade, pois, sob tal ótica, todos os homens são intelectuais. Ele evoca que “homo faber” não se pode dissociar do “homo sapiens” e que em todas as atividades humanas, mesmo nas tarefas manuais, está presente a intervenção intelectual. Acrescenta, ainda que “todo homem é filósofo”, na medida em que todos cooperam para sustentar ou modificar as concepções de mundo e suscitar novos modos de pensamentos.

Com base nesse enfoque conceitual, o critério adotado para falar de intelectual é a função que desempenha um grupo em sociedade, no complexo das relações sociais. Neste sentido, para Gramsci, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”.

Por isso, é preciso que cada cidadão incorpore esses princípios como uma atitude prática diante da vida cotidiana, de modo a pautar por eles seu comportamento. Isso traz uma consequência inevitável: frequentemente o exercício pleno da cidadania (ética) entra em colisão frontal com a moral vigente. Até porque a moral vigente, sob pressão do interesse econômico e de mercado, está sujeita a frequentes e graves degenerações.

A lógica do mercado reside na competição, e não na cooperação. De acordo com isto, o mercado é tudo, e dentro de sua lógica encontram-se as soluções dos problemas sociais. Foi o fundamentalismo do mercado que conferiu centralidade ao capital financeiro que vive de especulação a nível mundial, arruinando perversamente economias inteiras de países periféricos e fracos. Quanto mais cresce a competição, tanto mais os valores individualistas de mercado se sobrepõem aos valores sociais de comunidade. Os valores sociais expressam os interesses pelos outros. Pressupõem que o indivíduo esteja inserido em uma família, em uma comunidade, em uma nação e na humanidade, cujos interesses vêm antes dos interesses individuais. Num mundo caracterizado pelo individualismo e impiedosamente competitivo, os escrúpulos morais constituem um obstáculo.

Os inescrupulosos saem fortalecidos, o que é um dos aspectos mais perturbadores do sistema de mercado global. Esta situação produz uma degradação geral da qualidade de vida e, como reação, suscita indignação ética e um sentimento de compaixão por todos os que sofrem. A voracidade do capital mundial produz este drama: os que estão no mercado existem; os fracos são apeados dela, e os que não existem. Emerge, assim, o fenômeno da exclusão de países inteiros, por não serem interessantes para os capitais mundiais. Ética é a responsabilidade ampliada ao infinito em relação a tudo quanto possui vida. Bom é conservar a vida e favorecê-la; mal é destruir e impedir a vida.” (MOTA, 2001, p. 18)

Ao analisarmos as formações sociais concretas, Gramsci observa que os intelectuais são os “empregados” do grupo dominante, os “funcionários da superestrutura” para exercício das funções subalternas da hegemonia e do governo social, isto é: do consentimento “espontâneo” das grandes massas à “direção” ditada pelas classes dirigentes e da coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não estão de acordo com a aludida direção.

Nas condições descritas, o intelectual pode exercer funções, as mais amplas, “seja no domínio da produção cultural ou da administração pública”. Pode ser um empresário um administrador, um técnico, um especialista, um padre, um médico, tudo dependendo da “função de direção” que eles desempenhem na sociedade.

Gramsci chama atenção para a relevância da posição dos intelectuais no seio do bloco histórico, afirmando que todo grupo social, “ao nascer no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria organicamente uma ou mais camadas intelectuais que lhe assegura homogeneidade e consciência de suas próprias funções, não somente no âmbito econômico, mas também no social e político; o empresário capitalista cria, junto a si, o técnico, o especialista em economia política, o organizador de nova cultura, de um novo direito, etc”.

Existe assim uma negação da autonomia dos intelectuais, ou seja, sua neutralidade, seu “pensamento puro”, que simula difundir o saber e o conhecimento independente de posições ideológicas. Entendem-se que os intelectuais não representam em si mesmos uma “classe”, mas estão organicamente comprometidos com o grupo dominante para assumir a função de “agente da hegemonia”. A hegemonia, exercida pela burguesia, no sistema capitalista, pode vir a ser conquistada pela classe trabalhadora.

Simetricamente, os intelectuais, tanto podem representar os interesses da burguesia, como lhes é possível estabelecer um vínculo orgânico com a classe subalterna, passando a “determinar e organizar a reforma moral e intelectual”. Em tais condições, eles representam uma força potencial na luta por uma nova hegemonia, na medida em que se comprometerem com aquela “reforma intelectual e moral” necessária ao desenvolvimento além da vontade coletiva nacional-popular, no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna.

Para isso, necessário se faz tomar como ponto de partida o “senso comum”, ou seja, a filosofia espontânea das massas, e torná-lo ideologicamente mais homogêneo, elevado a “gente simples” a uma concepção superior da existência, que origine uma nova unidade orgânica entre intelectuais e trabalhadores.

Visto que dessa forma os intelectuais (os administradores, os técnicos, os representantes de uma categoria de classe profissional, os assessores, etc) podem desempenhar uma dupla função dialética no interior de um bloco histórico: tanto lhes é possível trabalhar para reproduzir, quanto para abalar um sistema historicamente determinado. O mesmo ocorre em relação às ideologias difundidas pelas organizações da sociedade civil, a escola, a igreja, os meios de comunicação, etc. Que podem viabilizar a unidade, entre intelectuais e trabalhadores, uma vez que se proponham a realizar um movimento nacional-popular e o desempenho no agir profissional.

Portanto, vale ressaltar, que no terreno do senso comum que os segmentos de classes subalternizados incorporam as ideologias dominantes como única verdade, é também a partir dele que pode ocorrer com o processo de crítica e desconstrução desse modo de pensar, expressões de contradições histórico-sociais mais profundas, favorecendo a formação de novos consensos que reforcem a construção de contra hegemonia.

Sendo assim, a reflexão feita sobre processo histórico, relações sociais e mercado de trabalho referendando sob a ótica de Milton Santos visa a uma análise sobre “quando se fala em mundo, está se falando sobre tudo de Mercado, que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado”. Assim acontece com a interlocução entre o mercado de trabalho, empregadores, empregados, prestadores de serviços e os usuários, uma relação de pessoas envolvidos numa dinâmica conjunta onde cada um (a) com o seu perfil no cumprimento para realização da ação sistematizada situa uma postura de participação no processo histórico.

2 PROCESSO DE TRABALHO: ÉTICA E AGIR HUMANO PROFISSIONAL

Para Miguel Reale (2009), *ethos* ética, em grego designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural. Há morais específicas, também, em grupos

sociais mais restritos: uma instituição, um partido político. (...). Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular, que não tem compromisso com a universalidade, ou seja, com o que é válido e de direito para todos os homens. Exceto quando atacada: justifica-se dizendo-se universal, supostamente válida para todos. (REALE, 2009, p. 161)

Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? Não deveria existir alguma forma de julgamento da validade das morais? Existe e essa forma é o que chamamos de ética. A ética é uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana. A ética pode e deve ser incorporada pelos indivíduos, sob a forma de uma atitude diante da vida cotidiana, capaz de julgar criticamente os apelos acríticos da moral vigente.

Mas a ética, tanto quanto a moral, não é um conjunto de verdades fixas, imutáveis. A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural. Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforça-la ou transformá-la nas relações cotidianas e também nos processos de trabalho.

Por que a ética é necessária e importante? A ética tem sido o principal regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem ética, ou seja, sem a referência a princípios humanitários fundamentais, comum a todos os povos, nações, religiões, a humanidade já teria se despedaçado até à autodestruição. Também é verdade que a ética não garante o progresso moral da humanidade. O fato de que os seres humanos são capazes de concordar minimamente entre si sobre princípios como justiça, igualdade de direitos, dignidade da pessoa humana, cidadania plena, solidariedade, cria chances para que esses princípios possam vir a serem postos em prática, mas não garante o seu cumprimento.

E acrescenta que um movimento filosófico só merece este nome (...) na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os simples e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através deste contato é que uma filosofia se torna histórica, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em vida. (GRAMSCI, 1975, p. 18)

Dessa forma, explanar sobre a ética não basta como teoria, nem como princípios gerais acordados pelas nações, povos, religiões, etc. Nem basta que as Constituições dos países reproduzam esses princípios (como a Constituição Brasileira o fez, em 1988).

Ao analisar o papel ético na sociedade e o que propõe os difusores das religiões na história moderna, na qualidade de “movimento cultural” portador de ideologia, Gramsci mostra como uma das maiores debilidades foi a falta de uma unidade ideológica entre “superior” e o “inferior”.

Sendo assim, vamos pensar que o intelectual em contato e comprometido com o “simples”, pode cooperar para o “movimento cultural”, nos processos de trabalho, no espaço ocupacional, no meio ambiente, grupo social, grupo familiar ou nas diversas áreas para o desenvolvimento de uma atividade, função que interliga o segmento educação e saúde. Para a realização dessas ações são necessários a transformação social a qual implica em saber interpretar a lógica existente imbricada na relação social entre econômico e o político-ideológico partindo da compreensão que precisa ter clareza, coerência e posicionamento com atitude no seu agir.

O controle é um processo que se fortifica e enfraquece. A direção social que se dão as práticas dos acontecimentos nos relacionamentos seja pessoal, profissional nos ambientes familiares e também nos contextos dos meios institucionais, estão sob a ótica de atitudes e estratégias seguidas pelo planejamento.

Logo, o agir profissional das pessoas que lidam com a saúde em ambiente familiar interligado com vínculo institucional requer que tenha uma educação, constituída de sensibilidade, postura ética e atitude proativa e propositiva para em qualquer situação, seja consensual ou conflitante, saiba agir com uma mediação interventiva que defenda o que não é suficiente postular, mas, saiba conectar com agilidade teoria e prática conjunta com o princípio ético e da responsabilidade.

Enfim, o importante quanto ao agir, seja na inserção e intercessão no processo de trabalho das relações envolvidas espera que participantes do labor haja tendo como partida reformular o significado elementar que ecoa a força da compaixão e dessa maneira possa trazê-la à consciência a base para uma ação ética.

A razão não é tudo, nem explica tudo. Ela remete a algo mais fundamental e originário, que é o sentir, o sentir-se afetado e afetar, o viver, conviver em cooperação, principalmente no fazer de uma atividade que subentende que a escolha pertence ao indivíduo, porém, o desenvolvimento envolve o coletivo, inclui uma dinâmica de singularidade, particularidade e universalidade. Isto é, imediaticidade dos fatos, campos de mediações e a legalidade social frente as demandas sociais, demandas institucionais e a proposta de intervenção faz a direção da ação profissional no cotidiano dos processos de trabalho.

Como afirma Ivete Simionato (2000), a ética profissional é norteadas pelas condições materiais e espirituais da prática profissional, gerando muitas vezes sentimentos de impotência desmotivadores da intervenção ético-político desejada. As profissões são expressões particulares do movimento de (re) produção da vida social, onde se desenvolvem os projetos sejam de saúde-social-familiar-educacional onde as questões operativas envolvem tendências éticas.

Entretanto, vale sinalizar que existem tendências morais, que de alguma forma estarão atendendo a necessidade e/ou interesses privados e/ou coletivos, mas isto não é absoluto, pois o dinamismo e a contraditoriedade da realidade social permite a coexistência de códigos morais em oposição. Dadas às peculiaridades da moral, sempre existe uma margem de possibilidade, relativa às condições históricas, de não aceitação das normas e valores dominantes, o que implica a criação de outros valores ou de outros significados para os valores e normas, uma vez que eles são necessários à convivência social.

Sendo assim, são os desafios enfrentados pelos trabalhadores no internamento domiciliar com os limites e as possibilidades quanto as questões ligadas na relação paciente, familiar, equipe multiprofissional que constrói as relações sócio históricas que perpassa pela postura da ética profissional e os processos de trabalho.

Desse modo, o reconhecimento dos sujeitos envolvidos nessa relação de trabalho em um ambiente residencial, mas, adaptado para o recebimento de medidas planejadas no atendimento ao paciente em seu domicílio com o aparato dos recursos materiais necessários e a equipe de profissionais podem para o exercício do labor que vão cumprir a carga horária determinada pelo estabelecimento institucional no espaço familiar do paciente para cumprimento de uma dinâmica própria, com funcionalidade, exprime particularidade do modo genérico da vida humana, singularidade da situação problema, nesse caso, a complexidade do tratamento referente ao estado de saúde do indivíduo e a necessidade específica de cada tipo de patologia.

Dimensionar o papel da ética no trabalho exige que se descubra toda potencialidade e peculiaridade do ator profissional, cuja formação, saber, e experiência crítico-prática, manifestam-se nas diversas questões necessárias acerca do atendimento prestado a pessoa adoecida dentro de um local residencial.

As exigências cotidianas do trabalho profissional, aliadas à convicção da certeza de novos ideais, princípios e valores em articulação com as demandas nessa relação paciente-família-trabalhador está vinculada a um estabelecimento de saúde, no qual requerem a visualização dos processos sociais histórico-concretos por meio de reflexão e elaboração teóricas, as quais,

propiciam o alcance da dimensão consciente e elucidativa dos desafios e alternativas a serem enfrentadas. A intervenção profissional precisa imprimir um sentido à ação individualizada e coletivamente acerca que cada profissional possui na relação ser/ ter/fazer, através do conhecimento teórico, pratico, técnico, operativo, que o trabalhador (a) traz com a bagagem vivencial do projeto de vida que cada ser humano tem sobre si mesmo e como o seu agir interfere mediante as relações consigo mesmo e com outras pessoas fundada em princípios e valores éticos, para direcionarem os projetos individuais e coletivos que fazem parte do cotidiano.

3 SEGMENTO SAÚDE: HOME CARE

A seção da Saúde expresso na Constituição da República Federativa do Brasil 1988, explana como “a saúde direito de todos e de dever do Estado, garantido mediante políticas sociais, e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”, também discorre que “são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo o Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica do direito privado. Sendo livre a iniciativa privada a assistência à saúde”.

Assim, a política de saúde pode ser percebida pelo modo universalista como é apresentada na Constituição Federal de 1988; privatista como aquisição dos planos privados de saúde vinculados a uma lógica de mercado para os trabalhadores na venda de sua força de trabalho e com a dinâmica do capital oferta na prestação dos serviços estabelecidos num formato de contratos e ainda tem a previdencialista-assistencialista circunstâncias de supremacia, dominação quanto as relações clientelistas-fisiologistas.

A regulamentação das políticas brasileiras vinculadas ao segmento da saúde são referendadas pelas leis: nº 8.080 de 19 setembro 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços e nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Entender a significação, Home Care, perpassa pela compreensão do conceito, palavra no idioma inglês, que se refere a assistência médica domiciliar, pela qual permite a

desospitalização de pacientes com doenças crônicas e grande dependência para cuidados na vida diária. Sendo assim, para a modalidade de Home Care, parte da saúde complementar e do SUS-Sistema Único de Saúde.

Os critérios elegíveis para o atendimento domiciliar, Home Care do usuário, paciente são definidos pela operadora de planos de saúde ou por normas da regulação de saúde. Vale ressaltar, que não existe uma legislação específica sobre Home Care, desse modo a elegibilidade da aprovação sobre está apto para recebimento do atendimento ao serviço de saúde demandado pelo relatório do médico vinculasse a normativa que são as mais utilizadas para determinar o atendimento para o paciente no ambiente familiar é o da ABEMID-Associação Brasileira de Medicina Domiciliar e o da NEAD-Núcleo Nacional das Empresas de Serviços de Atenção Domiciliar.

É na esteira dessas mudanças que devemos situar os novos arranjos e desenhos do Estado, das políticas sociais e das próprias relações sociais. As alternativas de ajustes econômicos com suas fortes implicações sociopolíticas (a partir da ofensiva neoliberal) como formatos institucionalizados do relacionamento da sociedade civil com os poderes governamentais, serviços públicos e/ou privados, compõem um cenário do qual o exame do processo de trabalho no mercado não pode se distanciar. Essas mudanças, invariavelmente, colocam não só novas demandas para as profissões, como também, para os profissionais, gestores, executores e trabalhadores, como encerram as novas determinações na própria organização e dinâmica das relações sociais que inserem o processo de trabalho.

Concluem-se que para efetiva consolidação das políticas sociais e as políticas públicas, essas implicam não apenas o acesso da legalidade de leis, normativas, base legal de representatividade de determinada categoria de classe. Como os bens e serviços, que estabelecem na construção de mecanismos de democratização para definição de quais bens e serviços são necessários para serem implementados, compreendendo a dinâmica societária e estabelecendo novos mecanismos de sociabilidade, regras de convivência numa visão ética política, ou seja, como tais questões podem se materializarem em novos procedimentos de ação humana, familiar, profissional nas relações entre as pessoas e os estabelecimentos de trabalho.

Neste sentido, se percebem a fundamental constituição de uma ação profissional que contribuam para o fortalecimento da ação política dos vários segmentos frente aos destituídos direitos e deveres no exercício da cidadania, tornando assim a necessidade de um sentimento consciente, que mobilize intenções e impulsionem ações sejam no segmento saúde, educação, familiar e relações de trabalho conjuntamente com as relações sociais de modo geral.

Portanto, com o desmonte das políticas sociais governamentais o exercício de práticas democráticas e a tendência de crescente retração do Estado na prestação de serviços de saúde, educacional, sociais, abrem-se posturas novas no saber agir nos espaços, pois, devido o covid-19, vivemos na atualidade a necessidade de adequação do mercado de trabalho e uma sociedade em aprendizado de adaptação, reconstrução as regras de convívio social para utilizar ferramentas como a tecnologia de informação e mecanismo de comunicação virtual.

Enfim, nós, humanos e humanas, somos portadores de um “defeito” natural que acaba por se tornar nossa maior vantagem: não nascemos prontos e nem sabemos tudo!

Analisar e refletir sobre o conhecimento, faz parte do imaginário individual e coletivo, como ser social em buscar na sua jornada diária de viver um dia de cada vez, o indivíduo tem o alicerce do planejamento estratégico para saber administrar, gerenciar, adaptar, se reinventando com as mudanças exigidas pelo contexto atual no segmento da saúde que afeta o sistema capitalista vigente.

Dessa maneira, o desenvolvimento da competência coletiva, atualmente, o fator diferencial que expressa à inteligência das pessoas e dos grupos nos processos de trabalho nas relações sociais, atingem assim principalmente o profissional e as relações familiares, faz com que o ser humano se movimente para o enfrentamento de desafios, possibilidades e limites numa tramitação entre o eu, nós e os outros na vida social no aparato legal e normativo dos protocolos existentes na sociedade.

Por isso, do nascimento ao final da existência individual, aprendemos (e ensinamos) sem parar. O que caracteriza um ser humano é a capacidade de inventar, criar, inovar e isso é resultado do fato de não nascermos prontos e acabados. Aprender sempre é a mola promissora de impedimento que nos tornemos prisioneiros de situações que, por serem inéditas, não saberíamos enfrentar.

Aqueles entre nós que imaginarem que nada mais precisam aprender ou, pior ainda, não têm mais idade para aprender, estão-se enclausurados dentro de um limite que desumaniza e, ao mesmo tempo, torna frágil a principal habilidade humana: a audácia de escapar daquilo que parece não ter saída. Com conhecimento e visão crítica do cotidiano, a interação no segmento da saúde requer uma educação com atitude e postura ética vigorosa para dar sentido grupal às ações individuais e coletivas, isto é, quando se coloca o atendimento de um serviço prestado que tem como finalidades e exigências perante a postura e formação profissional para o exercício do labor aos novos significados de projetos e desafios que estão postos no mercado de trabalho.

Portanto, devemos perceber que o cotidiano é inesgotável. O desafio está aberto para sacudir a acomodação, sair da zona de conforto e buscar elevar nosso nível teórico comprometer-nos de maneira diferenciada e aberta com os interesses pessoais, representação coletiva da função prestada como trabalhador (a) e/ou profissional nos lugares de trabalho, seja no espaço institucional, seja no âmbito do ambiente familiar pelo qual funciona o atendimento domiciliar ao paciente.

A ação do fazer e agir do profissional que compõem as relações de trabalho mediante a essas condições acerca do Home Care devem ser entendidas sobre o saber, que estabelece neste tipo de emprego organização do trabalhador (a) na prestação do atendimento ao paciente em um espaço residencial, precisando que esse profissional na relação teoria, prática e conhecimento saiba que sua atuação acontece através da correlação entre espaço institucional (o exercício da atividade de trabalho) em um espaço familiar (local, ambiente onde vai ser realizada a atividade de trabalho) com desafios, limites e possibilidades que permeia as relações sociais e o processo de trabalho nesse contexto.

As ações a serem desenvolvidas no que se referem a assistência prestada ao atendimento da saúde do paciente a relação estabelecida entre profissional e a família são objetos de atuação que se modificam conforme a complexidade das relações estabelecidas entre cada sujeito envolvido nesta dinâmica de relação de trabalho e serviço prestado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9001/2015: Sistemas de Gestão da Qualidade. Rio de Janeiro, 2015. BITTAR, O. J. N. V. Indicadores de qualidade e quantidade em saúde. v.3, n° 12, jul. Set. 2001.

Disponível em: <http://sistema4.saude.sp.gov.br/sahe/documento/indicadorQualidadeI.pdf>. Acesso em: 02. out. 2019.

BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci, In: Instituto Gramsci. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 11-69.

BOFF, Leonardo; MULLER, Werner: **Princípio de Compaixão e Cuidado**; tradução de Carlos Almeida Pereira. 9 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

BORK, A M.T.; MINATEL, V.F. **Enfermagem de excelência: Da visão a ação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. **Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar**. 3. ed. 2013. Disponível em: <<http://portal.crfsp.org.br/index.php/comissoes-assessoras/561-farmacia-hospitalar/ações/8248-cartilha-de-farmacia-hospitalar.html>> Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 11 de 26 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 306 de 7 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: ANVISA, 2006. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/serviço_saúde/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf. Acesso em: 02 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada a Prática**. Disponível em: Acesso em 02. out. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado** (várias edições), especialmente a seção IX, “Barbárie e civilização”.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos de Cárcere**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 30- 52.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.7-22.

_____. **II risorgimento**. Roma, Reunite, 1975.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

GRUN, Anselm. **Cada pessoa tem um anjo**: tradução Carlos Almeida Pereira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: **Capacitação em serviço social e política social**, módulo 1. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. 2000, p.77-89.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista** (várias edições).

MILIBAND, Ralph. **O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MOTA, Ana Elizabete. **O Feitiço da Ajuda**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado**. In: POULANTZAS, Nicos (org.), *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

PORTELLA, Ana. **Educação em drama**. Cadernos do CEAS. Salvador, n° 140, jul. 1992, pp. 3-4.

PORTELLI, Hugues, **Gramsci: O bloco histórico**; tradução Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

REALE, Miguel: **Introdução à Filosofia**, 13ª. ed. São Paulo, Saraiva, 2009.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. Petrópolis: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.